

De onde vem os votos? Geografia do Voto e a Ação Política dos deputados estaduais do Ceará.

Chaves Vieira Márcia Paula.

Cita:

Chaves Vieira Márcia Paula (2010). *De onde vem os votos? Geografia do Voto e a Ação Política dos deputados estaduais do Ceará. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/502>

De onde vem os votos? Geografia do Voto e Ação Política dos deputados estaduais do Ceará

Márcia Paula Chaves Vieira¹

Autora: VIEIRA, Márcia Paula. C.

Área Temática: Política Comparada

Palavras Chaves: Comportamento Legislativo, Ceará, Conexão Eleitoral.

Resumo:

A pesquisa é um estudo do legislativo subnacional cearense, buscando compreender a vinculação existente entre representação/representatividade diante da geografia dos votos dos deputados estaduais do Ceará eleitos em 2006. O que a distribuição espacial dos votos dos deputados estaduais eleitos nesta legislatura revela sobre a política cearense? A escolha dos deputados estaduais reflete as articulações e forças políticas distribuídas pelo território estadual. No Ceará, há uma tendência ao situacionismo: a ação política dos deputados na assembleia legislativa tende a ser favorável ao governo estadual que, por sua vez, conta com uma ampla coalizão e mínima oposição.

Paper preparado para apresentação no V Latin American Congress of Political Science, organizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de Julho de 2010

¹ Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Email: paulavieiracs@yahoo.com.br

Introdução

A pesquisa aqui apresentada refere-se à relação entre os políticos cearenses e suas bases eleitorais e é parte do texto da dissertação de Mestrado (ainda em andamento). O objetivo foi compreender a relação entre representação e representatividade como estratégia de conquista e manutenção de base eleitoral para eleição e reeleição do homem político cearense. A pouca renovação dos mandatos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará apresenta indícios de que a ação parlamentar estaria vinculada ao modelo de “duas arenas” sugerido por David Mayhew (1974) e, assim, existiriam circunscrições informais no território estadual. A partir da *Geografia do Voto*, busco identificar padrões de ação política dos deputados estaduais do Ceará dirigidos a suas bases eleitorais. A investigação seguiu com o objetivo de encontrar modelos de distribuição espacial dos votos – em relação a dominação e efetividade por município - e a ação parlamentar dos deputados com mandato de 2006 a 2009.

Para viabilizar a pesquisa foi necessário, como perspectiva metodológica, perceber a importância do espaço geográfico, ou seja, importância analítica da geografia política para compreender quais as demandas sugeridas aos nossos representantes através das estratégias adotadas pelos candidatos na Assembleia Legislativa e, assim, perceber como a representação e a representatividade política são exercidas na ação legislativa estadual. A *geografia do voto* é um recurso metodológico que permite mapear a distribuição territorial dos votos obtidos em um processo eleitoral e possibilita identificar padrões de concentração e dispersão desses votos em cada município cearense. Assim, poderei associar os votos à ação política direcionada a localidades em que é necessário manter a votação para dar continuidade a carreira política.

Alguns esclarecimentos conceituais devem ser feitos para compreender o objetivo deste trabalho, sendo eles referentes a: 1) Bases eleitorais (territoriais e sociais); 2) Arena eleitoral; 3) Arena legislativa, considerando a) Conexão eleitoral; b) Coesão Partidária.

A *arena eleitoral* seria o espaço no qual os candidatos buscam, através da conquista dos votos dos cidadãos, assumir a condição de representantes do povo – característica da democracia representativa. O Estado é, na democracia representativa, a expressão da vontade do povo, pois ele possuiria o “conhecimento especializado” para gerir a sociedade (CARNOY, 2003). Assim, a *arena legislativa* seria o espaço de atuação daqueles que possuem o capital político (aqui no sentido de Pierre Bourdieu) para legislar em nome do povo. A utilização do termo *arena* remete à ideia de um local em que há apresentação de espetáculos ou um espaço de discussões. Arena eleitoral, desse modo, apresenta-se como o local da disputa entre os políticos que visam conquistar o voto dos cidadãos para, assim, exercer a representação. A Arena Legislativa constitui o espaço de ação, do exercício da representação, cuja principal função é fiscalização do Executivo e proposição de leis.

No caso da ação política corresponder a tentativa de “favorecer” os municípios de onde vieram seus votos, trata-se da chamada *conexão eleitoral*, na qual se privilegia a ação parlamentar de modo a manter os votos em localidades específicas e, desse modo, garantir a reeleição. A arena legislativa seria, assim, uma continuação da arena eleitoral.

O conceito *base* (política, eleitoral) refere-se aos cidadãos comuns (eleitores) que exercem o poder de escolher seus representantes e de acompanhar os “feitos” de seus escolhidos. Para a conquista de votos e consequente formação de base eleitoral, o elemento de intermediação são as lideranças locais, que são a referência política para os cidadãos. A base é a legitimadora, no sentido weberiano de legitimidade racional-legal, da representação política. Desse modo, é de extrema importância para o político identificar quem é sua base. A base pode ter duplo sentido e ambos influenciam diretamente no cálculo eleitoral da conquista de votos: 1) Espacial, que indica de qual espaço geográfico vem os votos dos candidatos; 2) Social, que é indicativa do perfil social dos eleitores e pode se referir a grupos sociais, grupos políticos, categorias, etc. Até esse momento da pesquisa, tive dificuldades na utilização do conceito de “base” pois fazia uso dos termos “base eleitoral” e “base política”. Para tentar desfazer a dubiedade da escrita, a partir de agora utilizarei no texto os termos *base espacial* ou *territorial* e *base social*, pois entendo que ambos os sentidos são eleitorais e políticos.

Essencialmente, o estudo propõe uma análise de comportamento político dos deputados estaduais cearenses orientando-se pela ação política dos mesmos no que se refere a conexão eleitoral. É um estudo que, a partir dos mecanismos institucionais, propõe-se a compreender os atores envolvidos; busca entender os mecanismos utilizados por estes atores dentro da instituição, ou seja, a partir do sistema político partidário do Brasil.

Sistema Político Partidário do Brasil: especificidades do Legislativo Estadual

No Brasil, o período de redemocratização que culminou com a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o novo funcionamento do sistema político brasileiro: Presidencialismo, multipartidarismo, sistema de representação proporcional de lista aberta (RP). O mecanismo de RP tem como objetivo representar as maiorias e as minorias e, no caso de um sistema multipartidário, tanto os grandes como os pequenos partidos possuem possibilidade de eleger-se e obter cadeira no legislativo. A distribuição destas cadeiras é feita a cada um dos partidos coligados que atingiram o coeficiente eleitoral (*aparentement*). Ou seja, se as legendas coligadas atingirem o número mínimo estará garantida a vaga do candidato mais votado individualmente da lista (LIJPHART, 2008). O sistema de representação proporcional (RP), cujos eleitores votam nos candidatos individuais e estes são eleitos a partir da quantidade de votos que recebem individualmente, permite, ainda, as chamadas *coligações*, ou seja, os partidos combinam o total de votos e distribuem as cadeiras entre si (LIJPHART, 2008, P.182). A decorrência desse sistema é dar abertura e, em certa medida, incentivar os candidatos a desenvolverem relações personalistas e individuais com suas bases eleitorais, o que desfavorece uma mediação institucional e partidária entre representantes e representados através dos partidos políticos. Alguns países utilizam o chamado *voto distrital*. Nele, o estado ou o país é dividido em distritos eleitorais (circunscrições formalizadas de forma que exista mais ou menos o mesmo número de eleitores em cada uma delas). Esse sistema é adotado por um grande número de países e auxilia a fiscalização dos eleitores, pois o deputado eleito procura se reeleger e, assim, procura ser mais atento a prestação de contas. Entretanto, no Brasil, os chamados *distritos* são os próprios estados da Federação. O número de eleitores no Brasil diferem de um estado para o outro. Para que a representação na Câmara dos Deputados seja exercida igualmente, essa distorção institucional é corrigida parcialmente pelos próprios mecanismos do sistema político partidário do Brasil – como por exemplo, estipulando o número mínimo e o número máximo de deputados que cada estado pode eleger.

A circunscrição eleitoral brasileira **formal** são os Estados. Como o universo de eleitores está disperso por grande território estadual, os representantes buscam uma aproximação com os eleitores dentro de circunscrições informais. Os municípios tornam-se suas *bases territoriais* privilegiadas. Um deputado estadual que afirma representar determinados municípios sabe que foi desses municípios a origem de sua votação e, portanto, a sua investidura na posição de representante político da região. Dificilmente um Executivo é eleito por um partido com maioria no legislativo, ou seja, com ocupação das vagas parlamentares por seu partido. Assim, as alianças políticas para o governo “tranquilo” se iniciam com as *coligações* eleitorais entre os partidos: sob o argumento de garantia de governabilidade. É em seu nome que se justifica acordos e alianças em períodos eleitorais e pós eleitorais.

A Constituição de 1988 refletiu a necessidade de adaptar o desenho institucional em vista de responder às demandas que a sociedade e a economia colocavam em destaque. As regras da democracia brasileira descentraliza o processo decisório através da divisão dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Executivo pode propor a agenda (indicar quais matérias deverão ser discutidas no parlamento) para ser discutida no Legislativo que, por sua vez, pode aprová-la ou não. Cabe ao Legislativo também propor leis, políticas públicas e a fiscalização do Executivo. O Poder Judiciário fiscaliza o cumprimento desta leis e estabelecer possíveis punições para quem não obedecê-las.

O sistema partidário brasileiro tem como característica marcante sua fragmentação. A prioridade da política no Brasil aponta para interesses específicos de representação política:

formação de maioria e a governabilidade. Na realidade brasileira, os partidos perdem força como organização, pois aumentam os grupos de pressão que buscam alternativas de representação por vias não institucionais. Por outro lado, ainda são os partidos políticos os detentores legítimos (através da legalidade) da representação.

A representação política coloca-se como um processo contínuo, com possibilidade de conflitos entre as instituições políticas e diversos segmentos sociais. Apresenta-se, pois, como uma regular legitimação da representação através do processo eleitoral. Segundo Nadia Urbinatini,

Pode-se dizer que a representação política provoca a disseminação da presença do soberano e sua transformação em uma tarefa contínua e regulada de contestação e reconstrução da legitimidade. Portanto, embora a autorização eleitoral seja essencial para se determinar os limites e a responsabilidade do poder político, ela não nos diz muito a respeito da verdadeira natureza da política representativa em uma sociedade democrática. As eleições “engendram” a representação, mas não “engendram” os representantes. No mínimo, elas produzem um governo responsável e limitado, mas não um governo representativo. (2006, p. 193)

A partir do argumento de Urbinatini, para perceber se um governo é responsivo – ou seja, a representação política possui responsabilidade com seus cidadãos - e minimamente representativo, acredito que seja necessário ir além do cálculo eleitoral e atentar para as ações políticas dos representantes eleitos e verificar o sentido dessas ações. Nesses termos, a pesquisa aqui proposta investiga a ligação entre a atuação no espaço eleitoral e no espaço legislativo dos deputados estaduais cearenses: a arena eleitoral e a arena legislativa.

O modelo explicativo de “duas arenas”, elaborado por David Mayhew (1974), defende a ideia de que a ação política do parlamentar visa a reeleição, ou seja, o comportamento na arena legislativa é também utilizado para o sucesso na arena eleitoral. O parlamentar conduz suas ações no legislativo e no partido para construir estratégias políticas para as eleições seguintes, constituindo a *Conexão Eleitoral*.

Numa primeira perspectiva teórica embasada na teoria distributivista (MAYHEW, 1974; FIORINA, 1989; McCUBBINS E COX, 1993. In: CARVALHO, 2003), em estudos que focavam os deputados federais, estes parlamentares procuram na atuação no Legislativo suporte para suas promessas de campanha. Haveria, então, a ideia de *conexão eleitoral*. Nesse sentido, a ação dos deputados eleitos no legislativo seria conduzida para a manutenção de sua base eleitoral *territorial* e conquista de outras com o objetivo de angariar outro mandato, seja visando à reeleição, outro cargo parlamentar, ou cargo executivo. Desse modo, a organização partidária seria frágil e haveria uma descentralização no processo decisório legislativo (CARVALHO, 2003).

Por ser um Sistema Federativo, o Brasil concede relativa autonomia para os Estados e Municípios. Constitucionalmente ² são reservados aos Estados os poderes que não são delegados à União, ou seja, as assembleias legislativas estaduais podem criar suas próprias normas, contanto que não contradigam artigos constitucionais que reservam poderes para municípios ou para a União. Como unidades da Federação, os Estados possuem legislativo unicameral

Os Chefes do Executivo (federal e estadual) têm a possibilidade de fazer com que suas agendas de projetos de leis sejam apresentadas para o Legislativo em Regime de Urgência – o que significa colocar para tramitar prioritariamente os projetos de sua autoria) e através desse mecanismo podem em certa medida impor demandas ao parlamento. O Executivo tem o poder de, como agente que propõe, manipular a preferência do agente que aprecia (MORAES, 2001). São Poderes de Veto do Poder Executivo Estadual: 1) Iniciar legislação ordinária; 2) Iniciativa exclusiva em determinadas matérias (assuntos tributários, orçamentários, financeiros e administrativos; 3) Solicitação de Urgência; 4) Propor reformas e emendas à constituição; 5) Poder de Veto parcial e total, ou seja, pode vetar a proposta do legislativo; 6) Nomeação e exoneração de secretários do Estado; 7) Designar deputados para exercerem liderança do governo, composta de líderes e vice-líderes; 8) Indicação de 1/3 do Tribunal de Contas dos estados e o quinto constitucional dos

2 Art. 22 a 24

Tribunais Estaduais (CINTRA, 2004).

No Brasil, há uma diferenciação da articulação partidária de acordo com a particularidade das configurações regionais e locais que influenciam diretamente as articulações eleitorais. Os partidos cearenses acompanharam as mudanças do país e assumiram nova configuração com a redemocratização de 1988. Enquanto a maioria da região Nordeste tinha o PFL como partido dominante — nas figuras das elites rurais tradicionais —, o Ceará destoa do tradicionalismo e os partidos conservadores do estado (PDS e PFL) perderam a hegemonia primeiramente para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – partido pelo qual Tasso Jereissati foi eleito pela primeira vez ao governo – e posteriormente o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que destacavam-se, a partir da década de 90, as figuras dos jovens empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC) (PARENTE, 2001). Segundo Rejane Carvalho (2001), a conjuntura pós redemocratização no Ceará foi caracterizada pela construção de imagens políticas transferíveis de modo que permitiu o continuísmo político: iniciava-se a Era Tasso.

Tasso Jereissati (PSDB) foi eleito governador pela primeira vez em 1986. O mandato seguinte foi de Cid Gomes, em 1990, representando o continuísmo tassista no governo estadual cearense, seguido novamente por Tasso Jereissati nos mandatos subsequentes (1994 e 1998). A Era Tasso tem continuidade no pleito vitorioso em 2002 através da figura de Lúcio Alcântara (na época, PSDB). Entretanto, essa continuidade era o início do declínio da Era Tasso, pois Lúcio Alcântara, apesar de até então ser do PSDB, tinha divergências com Jereissati. No pleito de 2006, Alcântara tentou a reeleição sem o apoio tassista e logo em seguida migrou para o PR.

A disputa eleitoral de 2006, entretanto, apresentou um cenário fora da continuidade tassista: o candidato do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) — até então partido hegemônico, liderado por Tasso Jereissati e seu sucessor Lúcio Alcântara (eleito em 2002) — perdeu a disputa para governo do estado. As coligações partidárias do pleito majoritário de 2006 estão listadas na Tabela 1³.

Tabela 1: Coligações partidárias em 2006

Candidato a Governador	Partidos coligados
Cid Gomes (PSB)	PSB-PT-PCdoB-PMDB-PRB-PP-PHS-PMN-PV
Lúcio Alcântara (PSDB)	PSDB-PFL-PTB-PTN-PSC-PPS-PAN-PTC
José Maria de Melo (PL)	PDT-PL-PRTB-PTdoB
Renato Roseno (PSOL)	PSTU-PCB-PSOL
Ten. Coronel Gondim (PSDC)	sem coligação
Salete Maria (PCO)	sem coligação

Fonte: TRE-CE

O resultado das urnas foi favorável à coligação que elegeu Cid Gomes. Apesar de Cid Gomes ter coligação com o PT, opositor histórico de Tasso Jereissati, há uma “sutil” aliança informal entre Tasso e Cid, o que permitiu a Cid Gomes formar uma grande coalizão de governo. Embora a figura de Tasso pelo PSDB seja “imagem marca” no Ceará⁴, é importante enfatizar que o atual presidente do Brasil, Lula (PT), teve grande maioria de votos dos cearenses, ou seja, não podemos descartar a força de sua popularidade e possíveis efeitos na política local estadual em 2006. Nas tabelas a seguir, seguem alguns dados do pleito de 2006 sobre o perfil dos candidatos a deputado estadual. Os dados foram fornecidos pelo TRE-CE e a categorização foi feita a partir de critérios que acredito serem razoáveis. Na Tabela 2, segue a categorização utilizada e na Tabela 3, o número médio de deputados estaduais eleitos segundo a classificação *esquerda, centro e direita*. Na Tabela 4, temos o número de votos dos candidatos a deputados estaduais a partir da classificação

3 Essa tabela e as que se seguem foram produzidas a partir do artigo “Geografia do Voto dos candidatos a deputados estaduais do Ceará”, apresentado no III Encontro Estadual de Ciências Sociais do Ceará.

4 Ver Carvalho (2001).

situação e oposição.

Tabela 2: Recodificação da variável partido (Eleições 2006)

Categorias	Partidos integrantes da categoria
Esquerda	PCB, PC do B, PDT, PPS, PSB, PSC, PSL, PSOL, PSTU, PT, PV, PCO
Centro	PMDB, PSDB, PTB, PTC, PT do B
Direita	PAN, PSDC, PFL, PHS, PL, PMN, PP, PRONA, PRP, PTN

Tabela 3: Número médio de votos dos candidatos eleitos segundo o tipo de partido (I)

	Média	N	Desv. Pd.
Esquerda	44994	18	14249
Centro	49270	22	14064
Direita	26915	6	8644
Total	44681	46	15157

Fonte: TRE, tabulação própria

Tabela 4: Número médio de votos dos candidatos eleitos segundo o tipo de partido (II)

	Média	N	Desv. Pd.
Situação	47523	17	16408
Oposição	43014	29	14408
Total	44681	46	15157

Fonte: Banco de dados da autora

Segundo Santos (1997), se a distância entre o parlamentar e o Chefe do Executivo for pequena é melhor, para o primeiro, sinalizar para o eleitorado uma ação política direcionada ao “governismo”, ou seja, posicionar a partir da lógica de ser situação e não oposição ao governo. Cid Gomes, portanto, apresenta-se como força política representante da família Ferreira Gomes, cujo apoio de Tasso Jereissati aparece de forma sutil, porém não mascarada.

Destacam-se, assim, três forças políticas que dão direcionamento à política cearense: Tasso Jereissati, família Ferreira Gomes (PSB) e Lula (PT). Os dois primeiros nomes correspondem a forças políticas estaduais, enquanto a referência petista de força política é nacional. Isso ocorre porque o PT no Ceará não possui um nome forte no âmbito estadual.

Fernando Abrucio (2001) apresentou a hipótese da ocorrência do ultrapresidencialismo, no qual os governadores exerceriam um grande domínio sobre as assembleias legislativas de forma que as práticas fiscalizadoras seriam neutralizadas graças ao grande arco de alianças junto aos órgãos que exercem essa função. A existência do ultrapresidencialismo estaria vinculada a uma ampla maioria na Assembleia Legislativa, dada em função das fracas organizações partidárias. A predisposição para compor a base aliada do governo estadual se daria graças “[...] à dependência

financeira dos redutos eleitorais dos deputados com relação ao erário estadual” (CINTRA, 2004; P. 74). Desse modo, a maioria situacionista é formada a partir da distribuição dos recursos às *bases territoriais* ou visando a distribuição de cargos do Executivo aos parlamentares. Caso os governadores não consigam nos parlamentares uma base de sustentação, há a possibilidade de pleitear apoio diretamente nas bases locais e fazer obras e projetos sem a intermediação parlamentar, ou seja, o Executivo estadual tem o poder de organizar a agenda política estadual sem necessariamente precisar do apoio parlamentar (CINTRA, 2004).

Na composição das cadeiras da AL-CE eleitas em 2006 é interessante perceber o fato de que o governo Cid Gomes tem oposição mínima, obtendo, assim, a formação de uma grande coalizão ao seu favor. O argumento de Abrucio (1998) em torno do “ultrapresidencialismo estadual brasileiro” mostra-se adequado para o caso cearense, pois, diz o autor

[...] um centro incontestável no processo de governo, por meio de controle dos outros poderes e de toda a dinâmica da política estadual. O Poder Executivo torna-se hipertrofiado, praticamente eliminando o princípio constitucional da separação e independência entre os poderes. (ABRUCIO, 1998)

O político cearense, diante da fragilidade programática partidária e rendição à governabilidade, consolida sua representação através da ação política voltado para as suas bases espaciais, assumindo assim um caráter *clientelista*. As evidências que sugerem validar afirmação da existência de colégios eleitorais cultivados pelos políticos tradicionais (aqui no sentido de construção e manutenção de carreira política) são: concentração do votos dos deputados estaduais em municípios vizinhos e tradição política familiar; 25 das 46 cadeiras no legislativo estadual cearense não foram renovadas, o que indica uma busca de manutenção do poder político (ver Tabela 3). Segundo Jakson Aquino (2000, p. 44)) as relações entre os benefícios concedidos aos distritos e o comportamento político parlamentar estão conectados não pela necessidade de uma distribuição destes benefícios de forma uniforme no território estadual, mas a partir de estratégias políticas que são favoráveis aos atores políticos envolvidos. Assim,

O governo estadual tem a mais efetiva capacidade de execução e os parlamentares podem alterar o orçamento e têm o poder de fazer as leis que regulam a ação do executivo. Prefeitos e governadores são os que mais têm controle sobre os votos dos eleitores. O intercâmbio político entre os diversos atores resulta numa alocação de recursos públicos, em que não são levados em consideração critérios impessoais e universais para a determinação dos beneficiários das políticas públicas. Escolas, por exemplo, são construídas não onde elas são necessárias para distribuir mais uniformemente entre a população as oportunidades de instrução, mas onde é estrategicamente conveniente para quem toma a decisão de construí-la. Vagas na burocracia estatal são preenchidas não pelos mais competentes, mas pelos aliados políticos de quem está no poder. Numa palavra, o sistema político está permeado de clientelismo.

Entretanto, não se pode incorrer ao erro de generalizações. Deputados estaduais que têm voto concentrado podem manter sua clientela a partir de programas de ação política embasados em questões ideológicas, como por exemplo a postura no parlamento favorável algum movimento social do qual é militante. Os grupos de pressão, neste caso, são organizações sociais que se movimentam por fora da instituição partidária; organizam-se como categorias e em nome delas parlamentares fazem acordos com o Executivo e adentram a lógica de permitir a governabilidade – o exemplo recente que tratarei com mais cuidado adiante é Artur Bruno (PT), que no início de seu mandato aceitou o Plano de Cargos e Carreiras (PCC) dos professores estaduais e, no ano de 2010 (ano eleitoral), desaprovou o Piso Salarial sugerido pelo governo Cid Gomes, argumentando que seria necessário rever o PCC.

Na Tabela 5, temos o número de candidatos a deputados estaduais em 2006, eleitos ou não, e que foram candidatos nas eleições passadas. Assim, doze deputados que concorreram em 2000 e

2006, seis foram eleitos neste mesmo ano e três foram eleitos em 2006; dos 66 deputados que concorreram em 2002 e 2006, 25 foram eleitos em 2002 e 24 foram eleitos em 2006 e assim sucessivamente.

Tabela 5: Candidatos a deputado estadual em 2006 que concorreram e receberam votos em eleições passadas

		Eleitos em			
		2000	2002	2004	2006
2000	12	6	-	-	3
2002	66	-	25	-	24
2004	114	-	-	10	4
2000 e 2002	6	2	2	-	1
2000 e 2004	18	5	-	7	2
2002 e 2004	42	-	4	3	3
2000, 2002 e 2004	10	6	0	1	0
Total	268	19	31	21	37

Fonte: TRE-CE

Geografia do Voto no Ceará

Na perspectiva da política cearense, os deputados, para se elegerem, normalmente contam com uma base territorial em município onde detêm a liderança política local. Um levantamento feito por Filomeno de Moraes (2001) a respeito do perfil dos parlamentares indicou que o seu comportamento é influenciado pelo grau de concentração dos votos: quanto mais um deputado depende apenas de um reduto eleitoral, menos público é o exercício do seu mandato. O deputado, ao que tudo indica, estrategicamente decide não ter muita participação na esfera do legislativo, exercendo seu mandato sem muita visibilidade em plenário e assegurando uma forte presença nas localidades de suas bases territoriais. Outro fator enunciado pelo autor indica que a possibilidade de reeleição é maior se o deputado estadual se colocar favorável ao Poder Executivo, ou seja, ao Governador, pois significa maior possibilidade de obter benefícios para suas bases.

Nas eleições de 2006 no estado do Ceará, o candidato do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) - até então partido hegemônico, liderado por Tasso Jereissati e seu sucessor Lúcio Alcântara (eleito em 2002) – perdeu a disputa para governo do estado. O resultado das urnas foi favorável à coligação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido dos Trabalhadores (PT)⁵, com a candidatura e consequente eleição do atual governador Cid Gomes. Apesar de Cid Gomes ter coligação com o PT – opositor histórico de Tasso Jereissati -, não há indicação de mudança na postura política do Executivo estadual. Essa “sutil” relação de simpatia entre Tasso e Cid garante ao atual governador governar com grande coalizão.

Segundo Bourdieu (2007), o jogo no campo político é dado relacionalmente através das oposições e disposições dos agentes que estão dentro do campo. Apresenta-se, assim, um sistema de desvios em que a posição destes agentes pode direcionar para extremos ou para o centro. Nesse sentido, volto a atenção para as posições dos agentes no campo político cearense na relação Executivo e Legislativo: o atual governador Cid Gomes tem maioria na Assembléia Legislativa de

⁵ Outros partidos também participaram da coligação que elegeu Cid Gomes em 2006, sendo eles: PCdoB, PMDB, PRB, PP, PHS, PMN, PV. Destaquei o PT na coligação pela oposição histórica ao PSDB e à política tassista. Outro motivo para o destaca reside na informalidade do apoio de Jereissati ao Cid Gomes, pois considero um fator importante para o cenário político das eleições de 2006.

tal modo que suas proposições são aprovadas sem oposição. Com exceção de dois deputados estaduais (Adaihl Barreto (PR) e Heitor Férrer (PDT), os demais deputados permitem que a governabilidade seja exercida sem grande oposição.

Na perspectiva da política cearense, os deputados, para se elegerem, normalmente contam com uma base territorial em município onde detêm a liderança política local. Um levantamento feito por Filomeno de Moraes (2001) a respeito do perfil dos parlamentares indicou que o seu comportamento é influenciado pelo grau de concentração dos votos: quanto mais um deputado depende apenas de um reduto eleitoral, menos público é o exercício do seu mandato. O deputado, ao que tudo indica, estrategicamente decide não ter muita participação na esfera do legislativo, exercendo seu mandato sem muita visibilidade em plenário e assegurando uma forte presença nas localidades de suas bases territoriais. Outro fator enunciado pelo autor indica que a possibilidade de reeleição é maior se o deputado estadual se colocar favorável ao Poder Executivo, ou seja, ao Governador, pois significa maior possibilidade de obter benefícios para suas bases.

Nas eleições de 2006 no estado do Ceará, o candidato do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) - até então partido hegemônico, liderado por Tasso Jereissati e seu sucessor Lúcio Alcântara (eleito em 2002) – perdeu a disputa para governo do estado. O resultado das urnas foi favorável à coligação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido dos Trabalhadores (PT)⁶, com a candidatura e consequente eleição do atual governador Cid Gomes. Apesar de Cid Gomes ter coligação com o PT – opositor histórico de Tasso Jereissati -, não há indicação de mudança na postura política do Executivo estadual. Essa “sutil” relação de simpatia entre Tasso e Cid garante ao atual governador governar com grande coalizão.

Segundo Bourdieu (2007), o jogo no campo político é dado relacionalmente através das oposições e disposições dos agentes que estão dentro do campo. Apresenta-se, assim, um sistema de desvios em que a posição destes agentes pode direcionar para extremos ou para o centro. Nesse sentido, volto a atenção para as posições dos agentes no campo político cearense na relação Executivo e Legislativo: o atual governador Cid Gomes tem maioria na Assembléia Legislativa de tal modo que suas proposições são aprovadas sem oposição. Com exceção de dois deputados estaduais (Adaihl Barreto (PR) e Heitor Férrer (PDT), os demais deputados permitem que a governabilidade seja exercida sem grande oposição.

O sistema eleitoral brasileiro, através do multipartidarismo e da representação proporcional (RP) de lista aberta, permite que as eleições do legislativo sejam disputadas de forma mais individual do que necessariamente partidária. Assim, se um candidato tiver uma *base territorial* e/ou *base social* sólida e estiver em um partido grande que possua mais candidatos com bases fortes, caso escolha tentar se eleger através de um partido pequeno, a chance de sucesso aumenta se for o único a possuir força política individual.

Os deputados, para se elegerem, normalmente contam com uma *base espacial* em municípios onde detêm liderança política local. O levantamento do comportamento dos parlamentares existentes, feito na fase da pesquisa exploratória, indica que de acordo com o grau de concentração do voto, isto é, tanto mais o deputado tenha um reduto eleitoral, menos público é o exercício do seu mandato.

A *geografia do voto* é uma ferramenta metodológica que permite verificar quais os fatores estão relacionados aos padrões de concentração e dispersão dos votos dos candidatos em cada município cearense. Encontrar a base eleitoral dos deputados estaduais é o primeiro caminho para a análise da ação política dos mesmos e, assim, verificar a *conexão eleitoral* e/ou coesão partidária.

Segundo Barry Ames,

Conforme os municípios vão-se afastando do centro espacial do candidato, o nome dele vai-se tornando menos conhecido, a campanha fica mais cara e é menos provável que ele tenha como alvo localidades longínquas. Ao mesmo tempo, os

6 Outros partidos também participaram da coligação que elegeu Cid Gomes em 2006, sendo eles: PCdoB, PMDB, PRB, PP, PHS, PMN, PV. Destaquei o PT na coligação pela oposição histórica ao PSDB e à política tassista. Outro motivo para o destaque reside na informalidade do apoio de Jereissati ao Cid Gomes, pois considero um fator importante para o cenário político das eleições de 2006.

deputados cujos centros espaciais de votação estão em municípios nos quais ele também não domina (geralmente as cidades grandes) têm maior probabilidade de propor emendas destinadas a localidades mais afastadas de seu centro pessoal, porque dividem o eleitorado do município central com tantos outros candidatos que a reivindicação de crédito por verbas e benefícios levados ao lugar se torna inviável. (AMES, 2003; P. 114 -115)⁷

A pesquisa foi iniciada com a identificação dos candidatos eleitos e a coleta dos dados secundários a partir do site da Assembleia Legislativa, Jornal O Povo, banco de dados fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE). Os mapas indicam: 1) o índice de *dispersão municipal dos votos*, dado pela fórmula $F = 1 - \frac{N}{\sum p_i^2}$ ⁸ e o índice varia de 0 a 1. O valor será 0 para deputados cujos votos se concentram num único município; 2) número que o deputado concorreu nos *municípios efetivamente (efetividade)*, dado pela fórmula $E = \frac{1}{\sum p_i^2}$ ⁹, sendo que o número não corresponde a efetiva chance de vitória, pois um município sozinho não elege um deputado; 3) índice de *dominação dos votos municipais*, dado pela fórmula $D = \frac{\sum_{i=1}^{15} \frac{v_i}{M_i}}{15}$ ¹⁰. No caso

do índice e dispersão dos votos, foi adaptado o índice de fragmentação de Rae¹¹.

A *efetividade* refere-se ao número de municípios em que um candidato (no caso, deputado) influenciou a votação dos eleitores de forma relevante. O número de candidatos efetivos no município é calculado a partir da proporção total de votos que um município direcionou a um deputado especificamente. A efetividade indica se o deputado teve um efeito relevante sobre a distribuição de votos naquele município. O município de Fortaleza, por ter grande número populacional, possui muitos deputados com efetividade. Segundo Ames (2003), os votos concentrados-partilhados são característicos de capitais e regiões metropolitanas. Isso se deve à concentração populacional que viabiliza a eleição de mais de um candidato. Dois critérios para o cálculo de *dominação* e *dispersão* foram seguidos para medir o centro espacial de votação de um deputado: *Centralidade Municipal* (Cm) e *Centralidade Pessoal* (Cp). O Cm refere-se a dominância municipal, ou seja, a percentagem de votos totais de cada um dos municípios foi direcionada a um deputado *i*. Já o Cp é condizente com a cota pessoal do deputado *i* recebida em cada município. Por último, é calculada a distância entre esses dois pontos referente a cada município do território estadual. No caso dos índices de Cm ou Cp, quanto mais próximo o valor estiver de 0, mais alta será a fragmentação dos votos.

Na tabela 6 abaixo, está o resultado do cálculo do Cm e Cp e a classificação apenas de dispersão e concentração, sem considerar, para este trabalho, uma classificação mais detalhada como a sugerida por Barry Ames (2003). Considerei os deputados eleitos em 2006, incluindo os que foram licenciados para assumir cargos nas Secretarias do Estado do Ceará. Considerei também os

7 A pesquisa de Barry Ames foi feita a partir de uma pesquisa de perspectiva nacional sobre a distribuição espacial dos votos dos deputados federais. Tomarei os devidos cuidados para não diferenciar o legislativo federal do legislativo estadual

8 Sendo N é o número de municípios em que o candidato recebeu pelo menos 1 voto, e pi é a proporção dos votos do candidato que foram obtidos no município i.

9 Na fórmula, E é calculado a partir da proporção do total de votos do município que foi destinado a cada um dos deputados pi.

10 Onde vi é o número de votos do candidato no município i e Mi é total de votos do município i.

11 O índice de Rae foi utilizado por Mainwaring (1993, p. 210) para calcular a probabilidade de dois deputados da Câmara Federal escolhidos aleatoriamente pertencerem a partidos diferentes. No caso, foi feita uma adaptação. O trabalho com os índices considerou não apenas os deputados eleitos, mas todos os candidatos que disputaram as eleições proporcionais estaduais em 2006 – este trabalho foi feito em co-autoria com o professor Jakson Aquino, no III Encontro Estadual de Ciências Sociais do Ceará, em Novembro de 2009. Para esta pesquisa, utilizo apenas os resultados dos deputados eleitos.

suplentes que assumiram os mandatos no lugar destes deputados que foram licenciados.

Tabela 6: Número de deputados eleitos em 2006 e classificação a partir do critério de Dispersão/Concentração

Partido	Número de deputados eleitos por partido	Dispersos	Concentrados
PSDB	15	2	13
PMDB	9	1	8
PT	4	1	3
PDT	2	0	2
PSB	8	3	5
DEM	1	0	1
PR	1	0	1
PSL	3	0	3
PHS	2	0	2
PV	2	0	2
PSDC	2	1	1
PC do B	1	0	1
PP	1	0	1
Total	51	8	43

Fonte: Anuário do Ceará* e TRE-CE¹²

Arena Legislativa: Ação Política dos Deputados Estaduais do Ceará

O governo Cid Gomes possui um grande arco de aliança política: como foi dito em outro tópico, a candidatura do atual governador em 2006 conseguiu aglutinar grandes legendas (PT, PMDB e PSB) e ainda contar com o apoio informal de Tasso Jereissati (PSDB). Em seu primeiro mandato de governo, Cid Gomes conseguiu formar uma ampla coalizão no Legislativo estadual. Alguns assuntos mais polêmicos foram levados ao plenário e gerou um debate em que a oposição se manifestou – mesmo que em minoria.

O primeiro assunto que gerou polêmica na AL-CE foi a Viagem à Europa feita por Cid Gomes, em um jatinho fretado com dinheiro público, em que o governador levou sua mulher, sua sogra e as esposas de dois assessores. A viagem ocorreu do final de janeiro ao início de fevereiro. No dia sete de fevereiro de 2008, Adahil Barreto (PR) apresentou requerimento à mesa diretora pedindo informações detalhadas sobre a viagem¹³ - Adahil Barreto é aliado de Lúcio Alcântara (PR), que perdeu o Executivo estadual para Cid Gomes. No final de março de 2008, Cid Gomes evitou dar explicações a TV O Povo sobre a viagem, o que gerou reação dos opositores e autores dos requerimentos Heitor Férrer (PDT) e Adahil Barreto¹⁴.

Os primeiros 15 dias do mês de abril foram de esclarecimentos. Entretanto, a oposição a Cid Gomes não se deu por satisfeita e continuou pedindo explicações, chegando a cogitar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). No final de abril, os esforços para tal foram grandes, tendo

* Produzido pelo Jornal O Povo

¹² As duas fontes utilizadas para fazer a tabela colaboram para a produção do Banco de dados da autora.

¹³ http://www1.al.ce.gov.br/noticias/noticia_completa.php?tabela=noticias&codigo=4203, último acesso em 05 de abril de 2010.

¹⁴ Jornal O Povo, 26 de Março de 2008.

em vista a coesa base aliada de Cid Gomes que, por sua vez, apresentou em plenário o pedido de desculpas – pelo o incômodo da questão - , através de uma nota ao povo cearense, afirmando não ter feito nada ilegal¹⁵. O gênero carta aberta vincula-se a uma estratégia discursiva de desconsiderar o parlamentar como interlocutor e dirige-se diretamente ao “povo cearense”. Um trecho da nota diz:

Ao povo cearense,

Tomei conhecimento de que a divulgação de informações sobre a viagem que fiz à Europa em 30 de janeiro provocou grande polêmica, principalmente pelo fato de a mãe de minha esposa estar a bordo do avião. Infelizmente, isso coincidiu com um período em que estava do outro lado do mundo, na Ásia, o que impediu que eu me manifestasse prontamente. Aproveito então este momento, meu primeiro compromisso público depois da volta, para dar as devidas satisfações ao povo cearense, do qual sou servidor. Em primeiro lugar, quero pedir desculpas pelo constrangimento que esse fato, e sua repercussão, possam ter causado. Sempre agi de boa fé e não me consta que tenha cometido qualquer ilegalidade com a presença de qualquer dos acompanhantes. Não houve nenhum custo ou despesa extra para o Estado. O voo é cobrado por quilômetro e não pelo número de passageiros. As despesas pessoais da mãe de minha esposa e dos demais passageiros que não cumpriam missão oficial, bem como sua hospedagem, não foram pagas com o dinheiro público e, portanto, nada custaram ao Estado. O custo do voo foi exatamente o mesmo, estivessem a bordo ou não¹⁶.

A repercussão da viagem de Cid Gomes à Europa atingiu proporção nacional e a ausência de esclarecimento do governador levou a inquietação da bancada do PSDB que, na época, ainda tentava manter um posicionamento opositor ao governo, mas que desistiu de levar adiante a discussão e deixaram Adahil Barreto e Heitor Ferrer sozinhos.

O reajuste salarial dos servidores do Estado também foi motivo de debate na AL-CE e teve manifestação da base aliada e da oposição do governo Cid Gomes. A proposta do Executivo não satisfez a categoria e Artur Bruno e Rachel Marques (ambos petistas) manifestaram-se a favor de um reajuste maior e a regularização dos agentes penitenciários. A oposição (Adahil Barreto e Heitor Ferrer) também se manifestaram a favor de um maior reajuste. Entretanto, a proposta do Executivo foi aprovada, mesmo com contínua reivindicação apenas dos dois opositores, em regime de urgência juntamente com outras matérias¹⁷. Diante da questão exposta, o governo de Cid Gomes só tem oposição dos dois deputados supracitados. Em plenário, o embate político ocorre entre os opositores históricos (PSDB e PT), mas sem que isto interfira nas decisões políticas do Executivo, ou seja, há a discussão, mas não há a cobrança de decisão. A matéria veiculada no Jornal O Povo no dia 11 de julho de 2008, diz sobre a dinâmica de votação:

"Estamos transformando situações excepcionais em situações de rotina", criticou o deputado Adahil Barreto (PR). Ele disse que votaria contra, justificando que a medida pode transformar a Assembléia numa Casa que apenas confirma as matérias oriundas do Estado. O deputado Luiz Pontes (PSDB) partiu em defesa do Governo e argumentou que, como a Assembléia entrará em recesso em 17 de julho e só retornará em 1º de agosto, é importante a aprovação dessas mensagens com urgência. Ele aproveitou para alfinetar o histórico opositor. "Já cheguei várias vezes aqui com matéria debaixo do braço (em gestões anteriores), mas não tinha a compreensão do Partido dos Trabalhadores", disse. Em seguida, Heitor Ferrer

15 Jornal O Povo, 29 de Abril de 2008.

16 Jornal O Povo, 29 de Abril de 2008.

17 Jornal O Povo, 12 de Julho de 2008.

(PDT) foi à tribuna para dizer que não votará em favor de urgência para a tramitação das mensagens do Governo, alegando que o Estado sabe dos trâmites. "Amarra o deputado em não poder discutir e modificar a matéria", criticou. Assim como o pedetista, Ely Aguiar (PSDC) questionou o motivo das matérias não terem chegado antes. No outro lado da queda-de-braço, o líder do PDT, Ferreira Aragão, discursou que não era necessário "exame metucioso" das matérias. Após a discussão, foi a vez de Adahil pedir verificação de quórum para a votação. Para deliberar a matéria, seria necessário a presença de 24 deputados. Com poucos deputados em plenário, a base governista saiu em busca de formar o número mínimo necessário de parlamentares. Enquanto os ausentes não chegavam, os líderes de bancadas pediam encaminhamento de votação de requerimento para dar tempo aos governistas. Heitor Férrer retirou-se do plenário e ficou na ante-sala, para não ser contado como presente. Já Ely Aguiar preferiu não bater de frente com o Governo e se manteve no plenário, mas confirmando voto contrário à matéria.

Em setembro de 2009, um novo debate adentra o Legislativo estadual cearense: a Lei de Emancipação do Municípios. A ausência de uma decisão na Câmara do Deputados acerca do projeto de lei complementar 293/08 – que estabelece os critérios de criação e fusão de municípios – abriu espaço para uma alteração na Constituição Estadual. As mudanças constitucionais permite a regulamentação sobre a criação e fusão de municípios pela Assembleia Legislativa; a possibilidade de a população apresentar projetos para emendar a Constituição por meio de iniciativa popular; a regulamentação sobre o número de vereadores de cada município, para que o texto estadual fique em conformidade com o da Constituição Federal e garanta autonomia funcional e financeira à Defensoria Pública do Estado¹⁸.

Sobre a lei de criação e fusão de municípios, 42 parlamentares manifestaram-se a favor. Heitor Férrer se manifestou contra, argumentando que, embora Tasso Jeireissati tivesse apresentado o projeto à Câmara Federal, este ainda não tinha sido votado e, portanto, a lei era inconstitucional e a proposta “pulava etapas”¹⁹. Cid Gomes sancionou o projeto de Lei Complementar nº 84, de autoria do presidente da AL-CE Domingos Filhos (PMDB) em dezembro de 2009. Até primeiro de março de 2010, os processos de emancipação chegou ao número de 41 pedidos.

Esses três pontos colaboram para identificar a dinâmica de força na AL-CE diante do Executivo estadual e indicam a ausência de força própria do Legislativo que se alinha ao Executivo. Estabelece a desenvoltura das forças políticas e indicam quem são os deputados que se colocam “disponíveis” em plenário, ou seja, aqueles que adentram aos debates das questões governamentais. Tendo em vista que o Legislativo estadual é o espaço aglutinador das forças políticas do território cearense, os debates mais acalorados possibilitam visualizar quais as estratégias de representação que os deputados utilizam em plenário.

Conclusão

Nesse artigo, descrevi o funcionamento do sistema político partidário brasileiro para compreender os mecanismos e instrumentos norteadores da ação política legislativa, com o intuito de embasar o estudo sobre o legislativo cearense, juntamente com os argumentos das literaturas sobre legislativo subnacionais (ABRUCIO, 2001; MORAES, 2001; SANTOS, 1997). Orientada pelo “modelo de duas arenas”, a pesquisa apresentada reforça a idéia da existência do “ultrapresidencialismo” levantada por Fernando Abrucio (2001), pois a ação política dos deputados estaduais cearenses baseiam-se na tendência situacionista das decisões parlamentares. Isso porque a construção da carreira política de um deputado estadual é organizada a partir da tradição política nos municípios ou através das alianças políticas locais. É um caminho político de duas vias, em que o apoio dos políticos locais é importante para o governador, bem como é importante ser apoiado

18 http://www1.al.ce.gov.br/noticias/noticia_completa.php?tabela=noticias&codigo=12028, último acesso em 05 de abril de 2010.

19 Jornal O Povo, 26 de Novembro de 2009.

pelo governador para que haja a distribuição dos recursos de forma a adquirir benefícios para suas bases eleitorais.

O que foi observado nas votações dos deputados estaduais do Ceará é que não há diferenciação no que diz respeito a concentração e dispersão e, assim, 1) Observa-se que a maioria dos deputados estaduais possuem votos significativos para sua eleição concentrados na capital (Fortaleza); 2) Alguns dos deputados com este padrão de concentração possuem votos relativamente significativos em outros municípios graças a alianças com políticos locais ou por exercer profissões como locutores de rádio, apresentadores de TV, dentre outros; 3) O que mais se destaca na distribuição territorial dos votos é a formação de circunscrições informais caracterizando forças políticas com longa na região (já passando por mandatos e sendo substituídos por familiares ou aliados por uma espécie de rotatividade) que vão além da sigla partidária. O resultado desse terceiro ponto apresentado é que como há grande concentração de votos em municípios com baixo número de eleitores, só é possível ajudar a um candidato por vez a se eleger. Dessa forma, a hipótese de formação de circunscrições informais é confirmada.

O comportamento parlamentar em plenário na Assembléia Legislativa do Ceará é conduzido de forma favorável ao governador, com exceção dos dois opositores: Heitor Férrer (PDT) e Adahil Barreto (PR). São, portanto indicativos de conexão eleitoral e do “modelo de duas arenas” os seguintes pontos: 1) tradição política e formação de alianças políticas; 2) “ultrapresidencialismo” de coalizão; 3) Distribuição dos votos de forma concentrada. A representação é, portanto, exercida de forma a manter sua base eleitoral para a eleição seguinte e, assim, dar prosseguimento à carreira política.

Bibliografia

AMES, Barry. **O Congresso e a política orçamentária no Brasil**. Dados, v.29, 1986.

_____. **Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation**. In: <http://www.jstor.org/stable/2111619> Acesso em: 18/01/2010

_____. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABRUCIO, Fernando L., TEXEIRA, Marco Antonio C., COSTA, Valeriano M. F. O papel institucional da Assembléia Legislativa paulista: 1995 a 1998. In: SANTOS, Fabiano (org.). **O Poder Legislativos nos Estados: Diversidade e Convergência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

AQUINO, Jakson. **O Processo decisório no Governo do Estado do Ceará (1995-1998): O Porto e a Refinaria**. Fortaleza, UFC, 2000. (Dissertação de Mestrado).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 11.ed. 322p.

CARVALHO, Nelson R. de. **E no início eram as bases: geografia do voto e comportamento político legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 224p.

CARVALHO, Rejane. Imagem marca e continuísmo político: a era Tasso no Ceará. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Elcio; PINHEIRO, Joceny (Org.). **Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001. p. 193-219.

LIJPHART, Arend. Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAYHEW, D. R. 1974. **Congressional Elections** : The Case of the Vanishing Marginals. Polity, v. 6, n. 3, p. 295-317, Spring.

MORAES FILHO, José Filomeno. O subsistema partidário e o retorno ao multipartidarismo. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (Org.). **O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências, 1982-1994**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. A dinâmica legislativa na Assembléia do Estado do Ceará. In: SANTOS, Fabiano (org.). **O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

PARENTE, Josênio. **A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

SANTOS, Fabiano. **Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira**. Dados, vol. 40, no 3, pp. 465-491, 1997.

_____. **O Poder Legislativo nos estados: Diversidade e Convergência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

URBINATINI, Nadia. **O que torna a representação democrática**. Lua Nova no.67 São Paulo 2006